



# CÂMARA MUNICIPAL DE FERROS

CNPJ: 04.192.139/0001-35

Praça Monsenhor Alípio, 95 - Centro - CEP 35800-000 - Ferros/MG

Fone: (31) 3863-1420

E-mails: [camara@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:camara@ferros.cam.mg.gov.br) / [cac@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:cac@ferros.cam.mg.gov.br) - Site: [www.ferros.cam.mg.gov.br](http://www.ferros.cam.mg.gov.br)

Ofício nº. 122/2017

Assunto: Encaminhamento/Faz

Serviço: Presidência

07 JUN 2017

Ferros, 29 de Maio de 2017.

Exmo. Sr.

Senador Eunício Lopes de Oliveira

Presidente do Senado Federal

Brasília/DF

Excelentíssimo Senador,

Vimos à presença de Vossa Excelência, encaminhar **Moção de Apoio nº. 019/2017**, aprovada na 15ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Ferros/MG, para conhecimento.

Atenciosamente,



**Jêsus do Rosário dos Santos**  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE FERROS

CNPJ: 04.192.139/0001-35

Praça Monsenhor Alípio, 95 - Centro - CEP 35800-000 - Ferros/MG.

Fone: (31) 3863-1420

E-mails: [camara@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:camara@ferros.cam.mg.gov.br) [cac@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:cac@ferros.cam.mg.gov.br) - Site: [www.ferros.cam.mg.gov.br](http://www.ferros.cam.mg.gov.br)

## MOÇÃO 019/2017

Apresento á Mesa, ouvido o Plenário e dispensado as formalidades regimentais (Art. 118 do RI), Moção de apoio à Assembleia Legislativa do Estado de Minas pela brilhante iniciativa de fomentar o movimento de ACERTO DE CONTAS entre a União e o Estado de Minas Gerais e os Municípios Mineiros.

Para se ter uma ideia do volume de recursos envolvidos, só o nosso Município de Ferros é credor da importância de R\$ 9.015.265,42 (Nove Milhões e quinze mil e duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Que se dê conhecimento a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Câmara Municipal de Ferros, 29 de maio de 2017.

*Caro*  
**Vereador Carlos Elísio de Oliveira**  
*Caro Vereador Carlos Elísio de Oliveira*  
*Sen. Edson*

### Justificativa

*Picardo Soares de Melo*  
*José do Rosário dos Santos*

Muita gente sabe que Minas Gerais tem uma dívida com a União no valor de R\$ 87,2 bilhões. E esse débito não para de crescer, apesar de o Estado cumprir integralmente as condições de pagamento ajustadas.

O que muita gente não sabe é que Minas Gerais e os municípios mineiros têm R\$ 135 bilhões de reais a receber da União.

A Assembleia Legislativa vai cobrar essa conta!

*Madalena CR*  
**Mas, de onde veio esse crédito?**

Desde 1996, quando foi editada a Lei Kandir, Minas Gerais e alguns outros Estados passaram a não recolher ICMS sobre suas exportações. O objetivo era garantir mais competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. Mesmo com repasses da União previstos pela Lei Kandir, os Estados saíram perdendo.





# CÂMARA MUNICIPAL DE FERROS

CNPJ: 04.192.139/0001-35

Praça Monsenhor Alípio, 95 - Centro - CEP 35800-000 - Ferros/MG.

Fone: (31) 3863-1420

E-mails: [camara@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:camara@ferros.cam.mg.gov.br) [cac@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:cac@ferros.cam.mg.gov.br) - Site: [www.ferros.cam.mg.gov.br](http://www.ferros.cam.mg.gov.br)

O crédito de R\$ 135 bilhões representa as perdas tributárias do Estado e dos municípios mineiros ao longo de 20 anos de vigência da lei.

Pense em como seria importante reaver esse dinheiro, que é nosso. Além de quitar a dívida com a União, poderíamos ter mais receita para investir em diversas áreas, como educação, saúde, saneamento básico, segurança pública e extensa malha viária.

A discussão é promovida pela Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União, criada para liderar movimento que considera que o Estado deixou de receber R\$ 135,67 bilhões com a **Lei Kandir** (Lei Complementar Federal 87, de 1996), através da desoneração do ICMS das exportações. Desse valor, R\$ 33,92 bilhões seriam destinados aos Municípios mineiros.

O objetivo do movimento é negociar a interrupção do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União, que é de R\$ 87,2 bilhões, já que o Estado na verdade teria um crédito a ser recebido.



Por que aumentou tanto?

A estabilidade econômica inverteu as projeções inflacionárias e tornou os índices contratados mais elevados do que a própria inflação.

A dívida cresceu R\$ 38 bi a mais que a inflação.

*Acordo concreto de acordo.*

*For Eduardo Dantas*





# CÂMARA MUNICIPAL DE FERROS

CNPJ: 04.192.139/0001-35

Praça Monsenhor Alípio, 95 - Centro - CEP 35800-000 - Ferros/MG.

Fone: (31) 3863-1420

E-mails: [camara@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:camara@ferros.cam.mg.gov.br) [cac@ferros.cam.mg.gov.br](mailto:cac@ferros.cam.mg.gov.br) - Site: [www.ferros.cam.mg.gov.br](http://www.ferros.cam.mg.gov.br)

## O crédito de Minas

Desde 1996, Minas Gerais não arrecada ICMS sobre produtos e serviços de exportação.

**LEI KANDIR:**

- 1 Determinou isenção de imposto estadual sobre exportação, para estimular a economia
- 2 Previu transferências da União, para reduzir o impacto nos Estados.

Só em 2016 Minas exportou mais de US\$ 20 bilhões\*, sem arrecadar ICMS.

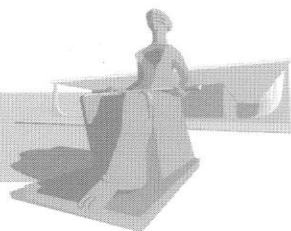
\* Valor FOB - Fonte: Ministério de Indústria e Comércio

O Governo estima que as perdas tributárias ao longo dos últimos 20 anos podem somar mais de R\$ 135 bilhões.

Cerca de 25% desse valor, ou seja,  
**R\$ 33,61 bilhões,**  
são recursos dos municípios mineiros

O STF já entendeu que a situação é injusta e determinou que os Estados prejudicados pela desoneração sejam compensados.

As regras para cálculo serão definidas pelo Congresso Nacional.



Câmara Municipal de Ferros, 29 de maio de 2017.

*Carlos Elísio de Oliveira*  
Vereador Carlos Elísio de Oliveira

*Francisco Soares de Melo.*  
*Madalena e Milena Soares R. Lima*  
*Marcin Pereira da Costa*





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 20 de junho de 2017.

Senhor Jésus do Rosário dos Santos, Presidente da  
Câmara Municipal de Ferros – MG,

Em atenção ao Ofício nº. 122/2017, de Vossa Excelência, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para ser juntada ao processado do PLS nº 288, de 2016, que *“Altera o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regulamentar a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semi-elaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.”*, que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,

  
*Luiz Fernando Bandeira de Mello*  
Secretário-Geral da Mesa

